



Termo de Referência N° 2/2024 - PJPI/CGJ/ASCOMCGJ

TERMO DE REFERÊNCIA N° 2/2024

Processo SEI nº 23.0.000128924-1

01. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

1.1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de captação de imagens aéreas através de locação de Drone, incluindo operador técnico do equipamento, para captura de fotos e vídeos em eventos institucionais da Corregedoria Geral da Justiça do Piauí e Corregedoria do Foro Extrajudicial do Piauí, conforme especificações abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	<p>Prestação de Serviços de captação de imagens aéreas através de locação de Drone, incluindo operador técnico do equipamento, para captura de fotos e vídeos em eventos institucionais da Corregedoria Geral da Justiça do Piauí e Corregedoria do Foro Extrajudicial do Piauí, em quantidades e prazos suficientes ao atendimento da demanda, conforme especificações a serem detalhadas em Termo de Referência.</p> <p>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</p> <ul style="list-style-type: none">• Requisitos para o equipamento (Drone):<ul style="list-style-type: none">– Qualidade mínima da imagem capturada: 1080 p (Full HD).– Alcance mínimo de transmissão: 5 km.– Funcionalidade de gravação em locais abertos e fechados.– Autonomia mínima da bateria: 35 minutos.– Recurso de gravação vertical nativa.– Estabilização de imagem gravada pelo Drone, mediante capturas suaves e livres de tremores.• Requisitos para o operador técnico:<ul style="list-style-type: none">– Operação do equipamento conforme orientações do Contratante.– Controle preciso e seguro do equipamento	Hora de prestação de serviço	120 (cento e vinte) horas

	<p>durante as gravações.</p> <p>– Disponibilização das gravações: Mediante compartilhamento de arquivos em nuvem.</p>		
	CATSER: 12556		

1.2. NATUREZA DO OBJETO:

1.2.1. Os serviços objeto da contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. QUANTITATIVO DO OBJETO:

1.3.1. O quantitativo da contratação será de 120 (cento e vinte) horas de prestação de serviço.

1.4. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

1.4.1. O prazo de vigência do Contrato é de 06 (seis) meses, contados da data de publicação do extrato do instrumento contratual no Diário da Justiça do Estado do Piauí.

02. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A fundamentação e a justificativa da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexos a este Termo de Referência.

03. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE DRONE PARA CAPTAÇÃO DE IMAGENS AÉREAS:

3.1.1. Quantidade: 120 (cento e vinte) horas de prestação de serviço.

3.1.2. Especificações técnicas dos serviços a serem prestados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
01	<p>Contratação de Serviços de captação de imagens aéreas através de locação de Drone, incluindo operador técnico do equipamento, para captura de fotos e vídeos em eventos institucionais da Corregedoria Geral da Justiça do Piauí.</p> <p style="text-align: center;">ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requisitos para o equipamento (Drone): <ul style="list-style-type: none"> – Qualidade mínima da imagem capturada: 1080 p (Full HD). – Alcance mínimo de transmissão: 5 km. – Funcionalidade de gravação em locais abertos e fechados. – Autonomia mínima da bateria: 35 minutos. – Recurso de gravação vertical nativa. – Estabilização de imagem gravada pelo Drone, mediante capturas suaves e livres de tremores. • Requisitos para o operador técnico: <ul style="list-style-type: none"> – Operação do equipamento conforme orientações do Contratante. – Controle preciso e seguro do equipamento durante as gravações. – Disponibilização das gravações: Mediante compartilhamento de arquivos em nuvem. <p style="text-align: right;">CATSER: 12556</p>

04. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Constitui requisito da contratação a seleção de empresa apta à prestação do serviço especificado no

item 03. ('Descrição da Solução') deste Termo de Referência.

4.2. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

4.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação.

4.3. SUBCONTRATAÇÃO:

4.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. VISTORIA:

4.4.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

05. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. REGIME DE EXECUÇÃO:

5.1.1. O regime de execução dos serviços será o de empreitada por preço global.

5.2. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.2.1. Local de prestação dos serviços:

5.2.1.1. Os serviços serão prestados nos locais dos eventos, a serem definidos pelo Contratante, em Teresina/PI, devendo ser o Contratado devidamente comunicado com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência da data do evento.

5.2.2. Cronograma de execução – Data e Horário de prestação dos serviços:

5.2.2.1. Os serviços serão prestados nas datas e horários dos eventos, a serem definidos pelo Contratante, devendo ser o Contratado devidamente comunicado com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência da data do evento.

5.2.3. Descrição da execução dos serviços:

5.2.3.1. Os serviços deverão ser executados nos locais, datas e horários indicados pelo Contratante, devendo observar as especificações técnicas e padrão de qualidade definidos pelo Contratante, em conformidade com os critérios objetivos definidos neste Termo de Referência.

5.2.3.2. Cabe ao Contratado comparecer ao local da execução do serviço com antecedência necessária para acomodação, montagem/preparo do equipamento, testes prévios, entre outras rotinas técnicas necessárias para o início da efetiva prestação do serviço no horário definido pelo Contratante.

5.2.3.3. A disponibilização das gravações pelo Contratado ao Contratante deverá ocorrer mediante compartilhamento de arquivos em nuvem, até o dia útil subsequente ao da realização do evento, conforme contato e orientação do Contratante.

5.2.4. Equipamento e Equipe técnica a serem disponibilizados:

5.2.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e equipe técnica necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.3. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:

5.3.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

06. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) Fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos, observadas as disposições do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.1. O Fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.3.2. O Fiscal do Contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.3.3. O Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.3.4. Além do disposto no item acima, a gestão e fiscalização do Contrato observará as disposições da Portaria Nº 825/2022 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ (publicada no Diário da Justiça do Estado do Piauí nº 9319, de 9 de março de 2022).

6.4. A Contratada designará formalmente o Preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.4.1. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do Preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.5. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

6.6. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

6.7. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

6.7.1. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do Contrato.

6.8. O Contratante reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Fatura/Nota Fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

6.9. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

07. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

7.1.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto neste subitem.

7.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) Não produziu os resultados acordados, assim considerada a situação em que os serviços foram prestados de maneira não funcional, incompleta ou divergente da especificação técnica definida, em especial quando haja falha ou mau funcionamento do Drone em suas operacionalidades, inclusive movimentação, sobrevoos e captação de imagens, ou ainda captação de imagens em qualidade/definição inferior à exigida;

b) Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, assim consideradas as situações em que os serviços não foram prestados, ou em que os serviços foram prestados em quantidade inferior à definida ou em qualidade inferior àquela exigida e esperada de acordo com a especificação técnica definida, em especial quando não for disponibilizado o Drone ou não for enviado o operador técnico do equipamento, ou em que o Drone ou o operador técnico não desempenhem a contento suas funcionalidades; ou

c) Deixou de utilizar materiais ou recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada, assim considerada a situação em que os serviços foram prestados de maneira inadequada ou em que a prestação do serviço se revele não funcional nos aspectos de qualidade da captação das imagens, definição dos vídeos/fotos capturados e adequada operação do equipamento pelo técnico responsável, ou em que de qualquer forma se revele em qualidade inferior ou divergente daquela definida na especificação técnica.

7.2. RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

7.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(s) Fiscal(is) do Contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.3. O(s) Fiscal(is) do Contrato realizará(ão) o Recebimento Provisório do objeto do Contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2.4. Para efeito de Recebimento Provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) Fiscal(is) do Contrato irá(ão) apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.

7.2.5. Será considerado como ocorrido o Recebimento Provisório com a apresentação do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a apresentação do último.

7.2.6. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

7.2.7. A Fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.8. O Recebimento Provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.10. Quando a fiscalização for exercida por um único Servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Contrato, em relação à Fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários.

7.3. RECEBIMENTO DEFINITIVO:

7.3.1. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo(s) Fiscal(is) do Contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.3.1.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pela Fiscalização técnica, administrativa

e, quando houver, setorial, atestando o cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

7.3.1.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela Fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.3.1.3. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.3.1.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela Fiscalização; e

7.3.1.5. Enviar a documentação pertinente à Coordenação de Gestão de Contratos da Corregedoria (CGCCOR) para a instrução dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela Fiscalização.

7.3.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.3. Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou na Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

7.3.4. O Recebimento Provisório ou Definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

7.4. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO:

7.4.1. O procedimento de liquidação e pagamento observará as disposições definidas em Contrato.

08. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

8.1.1. A Contratada será selecionada por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por ITEM.

8.2. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

8.2.1. As condições de participação e as exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado em Edital de licitação.

8.2.2. As exigências de habilitação técnica são as seguintes:

8.2.2.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de Certidão(ões) ou Atestado(s), por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.2.2.2. Para fins da comprovação de que trata o subitem acima, o(s) Atestado(s) deverá(ão) dizer respeito a Contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

8.2.2.2.1. Prestação de serviços de captação de imagens aéreas através de locação de Drone, incluindo operador técnico do equipamento.

09. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o

resultado do julgamento das propostas.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. Os recursos para atender as despesas decorrentes da contratação serão oriundas da Corregedoria Geral da Justiça do Piauí - CGJ/PI, conforme disposto na tabela a seguir:

Dotação orçamentária - ND:	339039 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica
Unidade orçamentária:	040103 - Corregedoria Geral de Justiça
Fonte:	0500 - Recursos do Tesouro Estadual
Classificação Funcional Programática:	02.061.0115.6032 - Manutenção Administrativa da CGJ

NEHEMIAS LIMA VIEIRA FILHO

Assessor de Comunicação da Corregedoria Geral da Justiça do Piauí



Documento assinado eletronicamente por **Nehemias Lima Vieira Filho**, Servidor TJPI, em 22/01/2024, às 12:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **5085271** e o código CRC **05365DB2**.